

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PSD
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – ORDENS DO DIA**
 - 1.1 – Plenário
 - 1.2 – Comissões
- 2 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**
 - 2.1 – Comissões
- 3 – PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES**
- 4 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 5 – ERRATA**



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 28/3/2017

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 148/2015, da Comissão de Segurança Pública, que solicita seja encaminhado ao corregedor-geral de Polícia Civil pedido de informações sobre a conclusão da Sindicância Administrativa nº 216.488/2014, instaurada contra o delegado de Polícia Civil Vinícius da Costa Miguel, e sobre as providências adotadas quanto a comentários postados pelo delegado nas redes sociais a respeito da ação parlamentar do deputado Sargento Rodrigues no que tange aos agentes penitenciários contratados. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.284/2015, da Comissão de Turismo, que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre as expectativas de prosseguimento das obras da via de acesso ao aeroporto de Juiz de Fora, explicitando o cronograma de execução das obras e de repasses de recursos financeiros a esse município para fins de efetiva finalização das obras

do Hospital Regional de Juiz de Fora. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.317/2015, da Comissão de Assuntos Municipais, que solicita seja encaminhado ao presidente da Codemig pedido de informações sobre o contrato celebrado com a Copasa Águas Minerais de Minas para concessão do envasamento de água mineral nos Municípios de Araxá, Caxambu, Cambuquira e Lambari, acompanhado de pedido de envio de cópias do referido contrato, do distrato que culminou no seu rompimento e do novo contrato temporário, celebrado com a mesma empresa e para a mesma finalidade. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.318/2015, do deputado Felipe Attiê, que solicita seja encaminhado ao secretário de Planejamento pedido de informações que menciona sobre o Quadro de Pessoal do Estado em 2015. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.384/2015, da Comissão de Segurança Pública, que solicita seja encaminhado ao diretor do Instituto de Criminalística de Belo Horizonte pedido de informações sobre os dados que demonstram a existência da demanda de convocação de excedentes ao cargo de perito criminal, objeto do concurso público da Polícia Civil de Minas Gerais cujo edital é de 2013. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.385/2015, da Comissão de Segurança Pública, que solicita seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil pedido de informações sobre a morte de Leonardo Diogo Pereira Pires, em consequência de descarga elétrica sofrida enquanto trabalhava em uma cerâmica na cidade de Araguari, conforme noticiado pelo vereador José Donizetti Luciano. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.408/2015, da Comissão de Administração Pública, que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre os impactos do atraso na votação do Projeto de Lei nº 1.660/2015; sobre a quantidade de agentes de segurança prisional e de agentes socioeducativos demitidos em razão da impossibilidade legal de prorrogação de seu contrato; e sobre as unidades que ficarão sem servidores e a quantidade de servidores que serão demitidos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.417/2015, da Comissão de Saúde, que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre o programa Mães de Minas relativas ao seu andamento, às diretrizes atuais e ao número de gestantes e crianças cadastradas e acompanhadas por meio de sua central de atendimento telefônico. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.419/2015, da Comissão de Saúde, que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre o total de recursos financeiros destinados à construção do hospital público regional da macrorregião de Divinópolis. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.420/2015, da Comissão de Saúde, que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre o repasse de recursos financeiros ao Hospital São João de Deus, de Divinópolis, nos últimos oito anos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 5.918/2016, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, que requer seja encaminhado ao presidente da Cemig pedido de informações sobre organograma de projeto a ser executado no Município de Jacutinga. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

2ª Fase**(das 16h15min em diante)**

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.330, que acrescenta o § 4º ao art. 15 da Lei nº 14.868, de 16 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.331, que acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 14.130, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a prevenção contra incêndio e pânico no Estado. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.394, que acrescenta parágrafo único ao art. 64 da Lei nº 14.310, de 19 de junho de 2002, que dispõe sobre o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.402, que autoriza o Poder Executivo a permutar o imóvel que especifica. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.628/2015, do deputado Duarte Bechir, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Sebastião da Bela Vista o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.962/2015, do deputado Douglas Melo, que obriga o fornecedor a disponibilizar ao consumidor o acesso a informações sobre empreendimentos imobiliários. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Defesa do Consumidor e de Desenvolvimento Econômico opinam pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 13/2015, do deputado Doutor Wilson Batista, que proíbe os médicos dos hospitais da rede pública de saúde do Estado ou dos que recebam recursos públicos de recusar atendimento a pacientes do Sistema Único de Saúde – SUS. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

**ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 28/3/2017****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 4.908, 4.909, 4.933 a 4.935, 5.009 a 5.011, 5.054 a 5.057, 5.059 a 5.064, 5.098 a 5.100, 5.140, 5.142, 5.144, 5.171, 5.184 a 5.191, 5.303 a 5.306, 5.337 a 5.345, 5.347, 5.348, 5.351 a 5.356, 5.361, 5.362, 5.391 a 5.393, 5.395, 5.396, 5.405, 5.419, 5.420, 5.428 a 5.433, 5.460, 5.463, 5.464, 5.467, 5.468, 5.475 a 5.478, 5.480, 5.483 a 5.485, 5.489 a 5.491, 5.493 a 5.497, 5.508, 5.511 a 5.517 e 5.521/2016, do deputado Cabo Júlio; 6.303 a 6.306, e 6.308 e 6.310/2016, do deputado Douglas Melo; 6.359 e 6.361/2017, do deputado Noraldino Júnior; 6.362/2017, do deputado Geraldo Pimenta; 6.363, 6.364, 6.373, 6.381 e 6.382/2017, do deputado Sargento Rodrigues; 6.391/2017, do deputado Inácio Franco; 6.398, 6.423 e 6.433/2017, do deputado Sargento Rodrigues; 6.438 e 6.439/2017, do deputado Douglas Melo; 6.452/2017, do deputado Sargento Rodrigues; 6.453/2017, do deputado Noraldino Júnior; 6.458/2017, do deputado Sargento Rodrigues; 6.461 a 6.465/2017, da deputada Ione Pinheiro;

6.474/2017, do deputado Douglas Melo; 6.482/2017, do deputado Sargento Rodrigues; 6.491/2017, do deputado Douglas Melo; 6.497/2017, do deputado Roberto Andrade; 6.513/2017, do deputado Sargento Rodrigues; 6.518/2017, do deputado Douglas Melo; 6.536/2017, do deputado Sargento Rodrigues; 6.549/2017, do deputado Carlos Pimenta; e 6.563/2017, do deputado Sargento Rodrigues.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 28/3/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 28/3/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 278/2015, do deputado Paulo Lamac.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 6.182/2016, do deputado Anselmo José Domingos.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 28/3/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 6.384 a 6.387/2017, do deputado Anselmo José Domingos.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 28/3/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.145/2015, do deputado Isauro Calais.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 28/3/2017**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 6.014, 6.015, 6.016 e 6.017/2016, da Comissão de Participação Popular; 6.372/2017, do deputado João Vítor Xavier; e 6.434/2017, do deputado Anselmo José Domingos.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Douglas Melo, Duarte Bechir, Sargento Rodrigues e Tadeu Martins Leite, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 28/3/2017, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 27 de março de 2017.

Felipe Attiê, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Especial da Comissão de Agropecuária e Agroindústria**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Emidinho Madeira, Fabiano Tolentino, Gustavo Santana e Isauro Calais, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 28/3/2017, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o vice-presidente.

Sala das Comissões, 27 de março de 2017.

Antonio Carlos Arantes, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Econômico**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Fabiano Tolentino, Braulio Braz, Fábio Avelar Oliveira e Ivair Nogueira, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 28/3/2017, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 6.365/2017, do deputado Agostinho Patrus Filho; 6.366/2017, do deputado

Antonio Lerin; 6.367 e 6.368/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 6.401/2017, do deputado Gil Pereira; e 6.550/2017, do deputado Carlos Pimenta; e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 27 de março de 2017.

Roberto Andrade, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Agropecuária e Agroindústria

Nos termos regimentais, convoco os deputados Emidinho Madeira, Fabiano Tolentino, Gustavo Santana e Isauro Calais, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 28/3/2017, às 14h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 27 de março de 2017.

Antonio Carlos Arantes, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão de Minas e Energia

Nos termos regimentais, convoco os deputados Antonio Lerin, Bosco, Gil Pereira e Leonídio Bouças, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 28/3/2017, às 15h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o vice-presidente.

Sala das Comissões, 27 de março de 2017.

João Vítor Xavier, presidente.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 22/3/2017

O deputado Arnaldo Silva* – Sr. Presidente, nobres parlamentares da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, o assunto que me traz a esta tribuna mais uma vez, com muita honra, com muita alegria, honrando o mandato parlamentar que me foi conferido pelo povo de Minas Gerais, embora diga respeito especificamente à cidade de Uberlândia, cidade sempre próspera, promissora, desenvolvimentista, também se refere a toda Minas Gerais. A Assembleia Legislativa não pode fechar os olhos. Precisamos trazer esse tema, debruçar-nos sobre essa pauta e buscar caminhos por meio da legislação, verificando inclusive a possibilidade de uma legislação específica para Minas Gerais, para que não ocorra em outros municípios, como, tenho certeza, já vem ocorrendo, o que aconteceu na cidade de Uberlândia.

O prefeito Odelmo Leão, grande gestor, grande administrador público, que volta à cidade de Uberlândia nesta administração, encontra a cidade em um caos administrativo, econômico, financeiro e orçamentário. É uma situação a que Uberlândia jamais assistiu em toda a sua história. Para que vocês tenham uma noção, caros deputados, foi herdada uma despesa de pessoal da ordem de R\$60.000.000,00, R\$26.000.000,00 só na área da saúde, ou seja, um problema para o novo governo enfrentar e resolver. Há também a folha de pagamento de dezembro, o 13º salário, que não foi pago, além dos fornecedores, cujos recursos empenhados giram em torno de R\$100.000.000,00.

Como se não bastasse essa situação calamitosa do ponto de vista econômico e financeiro, há outra situação que a administração atual enfrenta em Uberlândia e que desrespeita todas as normas de contabilidade pública e de Lei de Responsabilidade Fiscal: despesas efetuadas, não contabilizadas, não empenhadas, não registradas da forma devida e legal, como a legislação determina. Mas tem mais, não para por aí. Uma cidade como Uberlândia, que sempre foi exemplo de desenvolvimento e sempre se portou como protagonista no Triângulo Mineiro, vive hoje um momento de grande aflição e agonia pelos gestores que estão à sua frente, à frente de nossa querida cidade. Foram investidos do Instituto de Previdência Municipal de Uberlândia R\$350.000.000,00, nobres deputados, em fundos de altíssimo risco. Hoje se avalia que provavelmente, com muita dificuldade, parte desses recursos serão devolvidos ou serão realocados novamente para os cofres do Instituto de Previdência de Uberlândia. São recursos dos servidores públicos municipais. Esse instituto sempre funcionou com a maior transparência, com lisura, com clareza; sempre teve responsabilidade na aplicação de seus recursos. E vemos hoje essa situação em Uberlândia.

Como se não bastasse tudo isso, a administração municipal deve para esse mesmo instituto em torno de R\$160.000.000,00. Os montantes – estamos revelando aqui – não são nada animadores, demonstram claramente a irresponsabilidade total com que foi conduzida a cidade de Uberlândia. Se isso está acontecendo numa cidade de tamanho porte, na segunda cidade de Minas Gerais, que tem uma base industrial, uma economia forte, uma cidade promissora... Mas os órgãos de controle, a meu ver, com todo respeito a todos, em Minas Gerais, que desenvolvem, certamente, um importantíssimo trabalho, não conseguiram evitar essa situação. O que veremos, daqui a pouco – no próximo ano, haverá nova eleição –, se brincarem, é que os gestores, aqueles que estiveram à frente da administração e causaram esse dano a Uberlândia estarão novamente disputando as eleições municipais. Digo e vou fazer isto aqui na Comissão de Administração Pública: precisamos buscar caminhos na legislação mineira e, de forma complementar, na legislação federal para evitarmos essa situação, para podermos, de uma forma muito mais rápida, evitar que um gestor deixe para o outro uma situação tão alarmante, tão catastrófica como essa que está acontecendo em Uberlândia.

É essa a realidade que quero compartilhar com a Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Quero também dizer que o prefeito Odelmo Leão tem movido todos os esforços para Uberlândia, buscando colocar em ordem a situação, contando com o apoio da Câmara Municipal e dos deputados estaduais Felipe Attiê, Luiz Humberto Carneiro e Elismar Prado. Ele tem se colocado à disposição da administração municipal, colaborando e buscando caminhos para resolvermos esse problema.

O deputado Felipe Attiê (em aparte) – Caro deputado Arnaldo, ouvindo atentamente sua fala, eu, que por 10 anos fui presidente do Conselho Fiscal do Ipemu, tive 5 mandatos de vereador em Uberlândia, sou profundo conhecedor das finanças públicas daquela cidade, pude ver o que o prefeito passado fez com aquela cidade. Ele merece o título de exterminador de cidades, de exterminador de prefeitura.

Vou dizer a vocês como destruir a 2ª cidade do Estado de Minas Gerais em receita, em população, em colégio eleitoral. Estamos numa crise, mas Belo Horizonte está em pé. Estamos numa crise, mas Contagem está bem. Estamos numa crise, mas Juiz de Fora está em pé. Estamos numa crise, e Uberlândia está tombada no chão. O prefeito não pagou mais de R\$80.000.000,00 dos salários, numa receita de R\$140.000.000,00 por mês, com R\$90.000.000,00 de folha de pagamento. Que desastre!

Fui vereador naquela Casa e, nos dois primeiros anos, fiz oposição a esse exterminador de prefeitura. Pude ver que ele não pagava o salário de dezembro, povo de Minas Gerais e de Uberlândia, há um ano e meio antes. Está registrado no Facebook – se vocês quiserem ver – com data, hora e local. Falei das pedaladas do Dmae e das pedaladas do Ipemu. Disse que ele estava fazendo tudo aquilo e que isso explodiria em cima do próximo gestor, deputado Arnaldo. O prefeito, há poucos dias, disse que todos os recursos da prefeitura estão bloqueados por falta de pagamento da administração anterior, do prefeito anterior, do PT.

Não demos sorte, deputado Arnaldo. Saímos do espeto de Uberlândia e caímos, aqui, na brasa do governo de Minas. Já conhecemos a administração do PT, que é um desastre. Ele acabou com a cidade de Uberlândia, e, hoje, o prefeito é o administrador da folha de pagamento e não sabe como pagá-la. Estou falando de uma cidade que não é a mais pobre do Estado, é a 2ª do Estado de

Minas Gerais. Vejam o tamanho da hecatombe, o tamanho da bomba de São João que esse prefeito soltou na cidade. Foram usados 5.000kg de pólvora nessa bomba de São João, que arreventou a cidade. Agora, precisamos reconstruí-la. É uma irresponsabilidade. Isso aconteceu porque esse cidadão não ama Uberlândia, não tem responsabilidade.

O Odelmo está louco na cidade, não sabe o que fazer dia e noite. V. Exa. acompanha isso e sabe da necessidade que temos de fazer uma reorganização da cidade de Uberlândia. Entregar uma cidade destruída, numa crise nacional como esta é uma falta de responsabilidade.

Hoje, o Marcio Lacerda e o prefeito Odelmo estão numa reunião com a Associação Brasileira de Municípios e com a Frente Nacional de Prefeitos, com os prefeitos da região, para chorar o acontecido. Eu pergunto a vocês: o Marcio Lacerda entregou a Prefeitura de Belo Horizonte na situação em que está a cidade de Uberlândia? Nem perto. O Marcio Lacerda pode ser um mau político, mas foi um exímio administrador. Ele não é do meu partido, nem tenho interesse eleitoral em nada do que estou falando aqui. Estou falando como um economista e administrador que acompanha os dados.

Belo Horizonte é a capital mais fácil de administrar do Brasil. Uberlândia tem R\$1.800.000.000,00 de receita por ano; em Belo Horizonte, só a arrecadação do IPTU é R\$2.400.000.000,00.

Você, Marília, que foi prefeita da cidade de Contagem, sabe que Belo Horizonte é Belo Horizonte. Talvez ele deveria ter feito um curso com você, porque ele é o desastre do desastre. Esse prefeito de Uberlândia não toca um carrinho de cachorro quente, não dá conta de organizar a cantina do Zé Carlos, da Assembleia. Se ele a administrar, vai faltar material, vai faltar tudo. Quando se vir, não terá nada funcionando, a máquina de café estará entupida, a pia estará entupida. Ele vai deixar tudo se acabar. Ele não toca essa cantina e foi ser prefeito da 23ª cidade em arrecadação de imposto federal. Ele destruiu a cidade, ao pé da letra, e soltou lá a bomba “g”. Existe a bomba “h”, de hidrogênio, que mata todo mundo e fica tudo em pé, mas ele destruiu a prefeitura.

Estamos com você, Arnaldo, que está fazendo jus à palavra. O prefeito Odelmo come o pão que o diabo amassou e não sabe o que fazer para dar conta de tanto rolo e tanta confusão que esse governo petista fez em quatro anos na cidade de Uberlândia. Deus me livre e guarde desse povo para gerenciar e administrar alguma coisa. Eles não têm condições de administrar nada. Eles são lambões, são incompetentes, são desorganizados, acima de tudo, são espertalhões e malandros. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O deputado Arnaldo Silva* – Sr. Presidente, nós do Triângulo Mineiro já carregamos, há muito tempo, um sentimento de abandono do governo do Estado com aquela região, em que pese alguns investimentos e poucas ações que são realizadas na região do Triângulo Mineiro.

Mais do que nunca, venho trazer esse assunto à pauta da Assembleia Legislativa, primeiramente do ponto de vista técnico e jurídico, para que possamos avançar e buscar soluções para que isso não aconteça em outras cidades da nossa querida Minas Gerais. E venho trazer também essa voz do Triângulo Mineiro ao nosso governo do Estado, ao governador Fernando Pimentel, para que ele se sensibilize e leve, não só a Uberlândia, mas a todo o Triângulo Mineiro, ações efetivas do governo do Estado. Precisamos da participação do governo de Minas Gerais na cidade de Uberlândia, ações junto à saúde, que é de competência do Estado, ações nas questões viárias. Temos rodovias importantes cujas obras foram paralisadas sem ter sido concluídas e precisamos dar continuidade para que essas ações sejam efetivadas. São esses dois aspectos que queremos trazer nesta tarde de trabalho da Assembleia, sabendo da importância do Legislativo mineiro e do trabalho árduo que todos os deputados têm desenvolvido no Legislativo de Minas Gerais. É por isso que devemos pautar esses dois assuntos, e o farei ainda hoje da Comissão de Administração Pública, e espero contar com o apoio desta Casa, dos nobres pares, dos nobres deputados mineiros.

A deputada Marília Campos (em aparte)* – Obrigada, deputado Arnaldo Silva. Quando V. Exa. fala de Uberlândia, não posso deixar de citar que passei a minha adolescência lá, tive meu primeiro emprego no Banco de Crédito Real e estudei na Universidade Federal de Uberlândia. Tenho um carinho muito especial por essa cidade.

Em relação à demanda que V. Exa. apresenta, acho que já existe uma preocupação do governo Pimentel ao ter descentralizada sua administração com a política de organização dos fóruns regionais, das secretarias executivas, o que significará a descentralização dos investimentos, de forma a garantir que Uberlândia e todas as cidades do interior, principalmente as cidades-polo, sejam atendidas na sua demanda.

Deputado, sou do Partido dos Trabalhadores e me senti muito ofendida com a fala. Peço apenas um pouco de prorrogação, apenas para dizer da ofensa que senti com relação à fala do deputado Felipe Attiê. Sempre que generalizamos corremos o risco de cometer injustiças. Não penso que o problema de gestões que não são organizadas, que comprometem o equilíbrio fiscal, sejam características deste, daquele ou daquela líder partidária. Tivemos, há pouco tempo, uma grande liderança, da qual tenho discordância, mas que era prefeito de Betim e que já foi deputado. Ele entregou a cidade de Betim em dificuldades extremas dos pontos de vista organizacional, financeiro, orçamentário, com uma crise previdenciária para a qual dificilmente o prefeito Mediolli dará uma resposta de curto prazo. E o prefeito Carlile é do PSDB, não é do PT. E o deputado Felipe Attiê insiste na tese de que todo deputado do PT é malandro, de que todo prefeito do PT não sabe administrar.

Concluindo, eu fui prefeita pelo PT, reeleita, conduzida a deputada estadual com reconhecimento público. Portanto, generalizar ofende. Faço este apelo ao deputado estadual Felipe Attiê: faça suas críticas, mas faça-as concretas, não aos partidos, mas às administrações pontualmente. Obrigada.

O deputado Arnaldo Silva* – Agradeço a participação da deputada Marília Campos. Estou trazendo uma questão, independentemente da ordem partidária e de quem esteja à frente da gestão, dos partidos que estão gerenciando os municípios. Mas devemos ter essa preocupação. Estamos no âmbito legislativo, em que é importante nos debruçarmos e buscar caminhos para que o gestor que está à frente do município não passe para o próximo gestor uma situação calamitosa, como a que ocorreu na cidade de Uberlândia.

Da mesma forma, reconheço o trabalho do atual governo, dos fóruns regionais; já estive nesta tribuna para dizer da importância desse trabalho de regionalização. Mas precisamos, no Triângulo, de um olhar mais atento do governo do Estado para questões importantíssimas que aquela região cobra há muito tempo. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Bonifácio Mourão* – Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, o que me traz a esta tribuna é uma matéria publicada no *Estado de Minas*, na última quarta-feira, dia 15 do corrente mês, relativa à duplicação da BR-381, que liga Belo Horizonte a Governador Valadares. A matéria mostra que todos os editais voltarão à estaca zero. É lamentável, deputada Rosângela Reis. Nos lotes 1, 2, 3 e 4, mais próximos da nossa região, os editais vão partir da estaca zero, da questão ambiental. Isso é lamentável.

É lamentável, mas nós, que moramos em Governador Valadares, que é a ponta do projeto dessa rodovia, queremos aproveitar a oportunidade e, com o prefeito André Merlo, vamos procurar o ministro dos Transportes para que os novos projetos contemplem a duplicação até Governador Valadares. Pelo projeto atual, a duplicação seria até Belo Oriente, onde fica a Cenibra. De Belo Oriente a Governador Valadares, são apenas 70km, mas a rodovia não seria duplicada. Vale dizer que, de Belo Horizonte a Belo Oriente, a rodovia teria quatro pistas; de Belo Oriente a Governador Valadares, ela se estreitaria para duas pistas. No entanto, dentro de Governador Valadares, no seu perímetro urbano, cruzam-se três rodovias federais: a BR-381, a BR-116, Rio-Bahia, e a BR-259, que liga Brasília a Vitória. Elas se cruzam dentro de Governador Valadares. O governo federal, no tempo do PT, do presidente Lula e da presidente Dilma, não entendeu isso e achou que bastava levar a duplicação a Belo Oriente, onde se localiza a Cenibra, e deixar que a partir daí a rodovia se estreitasse de quatro para duas pistas, esquecendo-se completamente do cruzamento de três rodovias federais dentro de Governador Valadares. A consequência é que todo o trajeto vindo das Regiões Sul e Sudeste – de São Paulo, Belo Horizonte, Ipatinga, Valadares, etc. – para as Regiões Norte e, principalmente, Nordeste, seria estrangulado em Belo Oriente, quando

a rodovia se estreitaria para duas pistas. Mas o governo do PT fez esse projeto. E o fez ou por desprezar completamente o Vale do Rio Doce ou por ignorância absoluta de que, dentro do Município de Governador Valadares, se cruzam três rodovias federais, todas muito movimentadas.

Em razão disso, presidente Dalmo Ribeiro Silva, no dia 12/11/2013, apresentamos um requerimento ao então presidente da Assembleia, deputado Dinis Pinheiro, que passo a ler.

(– Lê:) “O deputado que este subscreve, na forma regimental, considerando que o projeto do governo federal de duplicação da BR-381 Norte só vai até o Município de Belo Oriente, Cenibra; considerando que os 70km restantes completam a ligação a Governador Valadares e a outros diversos municípios da região; considerando, principalmente, que essa ligação conduz ao cruzamento, em Valadares, de três rodovias aqui já mencionadas – 381, 116 e 259; considerando, pois, o estrangulamento no trânsito e no transporte que prejudica seriamente o desenvolvimento da região, mas, sobretudo, contraria a integração nacional; considerando que o governo federal garantiu e a imprensa sempre divulgou que a duplicação seria de Belo Horizonte a Governador Valadares, o que não é verdade; considerando, finalmente, o inconformismo e o protesto do povo valadarense e de toda a região, requer seja oficiado à Presidência da República, solicitando-lhe, em caráter de urgência, projeto complementar duplicando o trecho restante da BR-381, ligando Belo Oriente a Governador Valadares” – ficando completa a ligação Belo Horizonte a Governador Valadares.

“Por considerar a gravidade do assunto exposto e a premente necessidade do encaminhamento de sua solução, espero o apoio de meus pares na aprovação deste requerimento.”

Tivemos o apoio de todos os deputados. O requerimento foi encaminhado à Presidência da República, e me veio a resposta por intermédio do chefe da assessoria parlamentar do Ministério dos Transportes no dia 7/3/2014, encaminhando um ofício de 13/2/2014, do Sr. Zeno José Andrade Gonçalves, gerente de projeto da Direx, do Dnit, que, em dois trechos, diz o seguinte: (– Lê:) “Versa o presente expediente sobre Requerimento nº 6.298/2013, de autoria do deputado estadual Bonifácio Mourão, da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, o qual requer a elaboração de projeto complementar para a duplicação de trecho da BR-381/MG entre os Municípios de Belo Oriente e Governador Valadares.

De qualquer sorte, com vistas à complementação da duplicação dos lotes que envolvem o trecho solicitado, cujas tratativas estão em andamento, deve esta autarquia considerar a alternativa do desenvolvimento de um anteprojeto de duplicação dos segmentos remanescentes e licitar, separadamente, as respectivas obras”.

Só que essa licitação nunca saiu. A presidente Dilma Rousseff marcou uma visita a Valadares na sua campanha à reeleição e disse que levaria um presente a Governador Valadares. Esse presente seria um projeto de duplicação da rodovia até Valadares. Mas nunca levou esse presente nem o projeto nem muito menos a rodovia.

Então, estamos falando que agora, lamentavelmente, como eu disse no princípio, o jornal *Estado de Minas* já anuncia que todos os projetos voltarão à estaca zero, principalmente o do trecho nº 1, que começa em Valadares, e os de nºs 2, 3 e 4. Agora procuraremos o novo ministro dos Transportes para que a duplicação seja de Belo Horizonte a Governador Valadares. Não estou falando por causa só de Valadares, mas do Município de Valadares, do cruzamento das três rodovias federais dentro de Valadares e dos municípios do além Valadares. Aí vem Mantena, Resplendor, Conselheiro Pena, Teófilo Otôni, toda a região do Jequitinhonha e o restante do Vale do Rio Doce. Tudo ficou esquecido. Fizeram um projeto de duplicação até Belo Oriente, porque está lá a Cenibra; e o restante, reduziram para duas pistas. Não temos a menor dúvida de que aquele movimento todo que se queria para lá dará um estrangulamento e um congestionamento permanente.

Portanto, iremos ao governo federal e ao ministro dos Transportes e estaremos acompanhados do prefeito André Merlo; do Hélio Gomes, ex-deputado desta Casa do PR, e de sua distinta esposa, nossa deputada federal; de outras lideranças da região que se propuseram a ir e de outros deputados, para obtermos um novo projeto atendendo realmente àquilo que a imprensa diz, que é a duplicação de Belo Horizonte até Valadares. Então, estaremos firmes nesse propósito, que agora é uma nova oportunidade.

Tenho de aproveitar este restante do tempo, Sr. Presidente, para voltar a falar também da questão dos hospitais regionais, que são a nossa bandeira. Precisamos reativar a construção dos hospitais regionais conforme tenho dito. Está aqui presente o deputado Carlos Pimenta, novo presidente da Comissão de Saúde, que, tenho certeza, empunha também essa bandeira, porque o projeto da construção dos hospitais regionais veio no governo Antonio Anastasia e teve prosseguimento no governo Alberto Pinto Coelho, no restante do governo. Mas, no governo atual, de Pimentel, o projeto está paralisado.

Estou falando aqui por Governador Valadares e por toda a região do Vale do Rio Doce, por 86 municípios que vão ser beneficiados pelo hospital regional sediado em Governador Valadares. O hospital está praticamente 80% pronto. Quando o Anastasia terminou o governo, havia 300 pessoas trabalhando, mas, no atual governo, não há ninguém no hospital de Governador Valadares e nem nos outros regionais de Minas Gerais. Mas por que e para que o projeto do hospital regional?

O governo Anastasia – aliás, eu era líder de governo à época – fez um estudo com certa profundidade das questões de urgência e de emergência do povo de Minas Gerais na área de saúde e viu que precisava construir hospitais nas cidades-polos da região. O projeto abrange cerca de 12 hospitais regionais, todos em estado avançado de construção. E por que isso? Para conter a demanda do interior para a capital, para acabar com esse espetáculo deprimente de ver tantas e tantas ambulâncias trazendo doentes do interior para a capital. A avalanche era tanta que chegavam aqui e não encontravam vaga. Vinham muitas vezes transitando por estradas perigosas, a exemplo da BR-381, considerada a rodovia da morte. Ora, a pessoa vinha procurando vida transitando pela estrada da morte.

Então, o governo Anastasia procurou resolver essa questão construindo hospitais em regiões estratégicas, de pequena, média e alta complexidades, para resolver os problemas da base, a fim de que as pessoas carentes tivessem um socorro perto de onde moram e trabalham. Além disso, não precisassem viajar para Belo Horizonte procurando recurso, pois tudo tem sido descarregado na capital. Com certeza, a capital não dá conta.

Portanto, a finalidade do hospital regional é essa, é nobre e precisa ter continuidade, embora esteja parado. O que não podemos, Sr. Presidente, deputado Dalmo Ribeiro Silva, é ver esses elefantes brancos, esses esqueletos de construção, principalmente na área da saúde, ficando 80% prontos e parados, sendo depredados. É o que está acontecendo. Muitos dos materiais estão sendo furtados na área da saúde. E o povo, em boa parte, principalmente no hospital público de Governador Valadares, fica nas macas, nos corredores dos hospitais, sofre às portas dos hospitais e, muitas vezes, morre. Ao mesmo tempo, os esqueletos dos hospitais estão lá com a construção sem terminar. Isso não é possível! Não podemos admitir em silêncio, o que seria uma omissão pecaminosa da nossa parte. Precisamos, cada vez mais, batalhar pela conclusão dessas obras, afinal as maiores prioridades de qualquer governo são as áreas da saúde, da educação, da segurança, e assim por diante.

Sr. Presidente, precisamos trabalhar junto ao governador Pimentel para que ele se sensibilize e dê andamento a todas as construções. Não estou falando só do hospital público regional de Governador Valadares, mas de todos aqueles que já estão em franco andamento, para que assim ele possa conter a demanda do interior para a capital e para que a capital fique respondendo pelas demandas maiores que realmente dependem dela. Mas aquelas que podem ser resolvidas no interior que sejam efetivamente resolvidas lá. Precisamos nos lembrar de que, em Minas Gerais, 80% da população está no interior. Então, o interior precisa cada vez mais estar fortalecido, para ali produzir mais. Mas, para que isso aconteça, morando no interior, é preciso ter boa assistência à educação, boa assistência à saúde, boa assistência à segurança. Isso é fundamental, e é disso que estamos falando.

Da mesma forma, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, se queremos segurar as pessoas no meio rural, temos de trabalhar para que haja um posto de saúde perto da casa delas, uma escola perto para matricularem seus filhos, e assim por diante. Assim é que vejo o Estado de Minas Gerais. Vejo o Estado de Minas Gerais com as prioridades que estamos citando aqui e, ao mesmo tempo, com as rodovias principais sendo cuidadas, a exemplo da BR-381, que para nós é fundamental.

O deputado Felipe Attiê (em aparte) – Sr. Presidente, deputado Bonifácio Mourão, ouvi atentamente seu discurso e quero dizer que, toda vez que falamos de PT, damos nome, CPF, telefone e endereço. Se é do Pimentel é do Pimentel, se é do Gilmar Machado é do Gilmar Machado, se é do Lula é do Lula, se é da Dilma é da Dilma. Não somos generalistas, porque quem generaliza corre o risco de incorrer em erro. Que a administração do PT de Uberlândia foi um desastre e que também considero a administração do Estado ruim é um direito meu dizer. E quem esteve à frente dessas duas administrações foi o PT. Então é uma constatação. Não posso avaliar a administração da colega do PT aqui da Assembleia porque não participei lá, não conheço, então não posso falar. Seria leviano. Pelo que ouvi falar, agradou ao povo de Contagem. Até disse que, quem sabe?, ela daria um curso para ver se melhora o seu partido. Talvez ela tenha cabedal para isso e possa dar um curso. É isso que exponho. Mas eu sempre dou nome, CPF e endereço. Não faço acusações generalistas, se não faremos como a Polícia Federal: há 20 frigoríficos ruins, mas chega ao Ministério Público e põe 4 mil no lixo. Não podemos fazer isso. Dou CPF, nome, endereço, telefone de quem estou falando. Não mando recado, sou muito franco, muito verdadeiro.

Então agradeço a V. Exa. O seu discurso da BR-381 foi fantástico. Ir para lá é um sofrimento, deputado Bonifácio Mourão. V. Exa. é ícone nosso aqui, e agradeço pelo aparte, para eu dar esse esclarecimento à nobre deputada, que me citou. Muito obrigado.

O deputado Bonifácio Mourão* – Obrigado a V. Exa.; obrigado, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

* – Sem revisão do orador.

O deputado André Quintão* – Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, telespectadores que acompanham a TV Assembleia, de fato o tema da proposta de reforma da previdência tem tomado a atenção e a preocupação de todos nós. É um tema complexo, que afeta a vida de milhões de brasileiros e brasileiras. É um assunto que, do ponto de vista do governo federal, não vem sendo tratado com a responsabilidade que merece. Quando falamos em previdência social universal estamos falando em pacto de solidariedade geracional; estamos falando do amparo, do cuidado, do acolhimento, da expectativa de conforto em relação a uma faixa etária importante e a uma faixa da população numerosa. Portanto, qualquer proposta apresentada sem um amplo debate, sem uma discussão com todos os segmentos envolvidos – aqueles que já têm os direitos, aqueles que têm a expectativa de direitos e aqueles que vão financiar a aposentadoria em curto prazo e vão ser objeto do impacto da legislação votada em médio e longo prazos –, tende a ser fadada ao fracasso. Essa proposta apresentada é perigosa, fere direitos, prejudica setores fragilizados da população – mulheres, trabalhadores e trabalhadoras rurais, quem ganha menos. E o pior: prejudica até aquelas pessoas que recebem o benefício de prestação continuada, que é um benefício da Constituição de 1988, que depois constou da Loas, Lei nº 8.742, de 1993, que começou a ser pago em janeiro de 1996, depois de muita luta.

De 1988 a 1996, lutamos para o Benefício da Prestação Continuada sair da página constitucional e cair na conta do idoso e da pessoa com deficiência. Um salário mínimo mensal para pessoas idosas e com deficiência, cuja renda familiar *per capita* fosse inferior a 1/4 do salário mínimo. Querem estender a idade de 65 anos para 70 anos e desvincular o benefício do salário mínimo, o que, ao longo dos anos, irá corroer esse valor transferido a título de Benefício de Prestação Continuada para os mais pobres.

Agora o governo vem com a proposta divisionista: transferir para estados e municípios a responsabilidade do debate sobre a situação dos servidores estaduais e municipais, como se estivesse fazendo um grande benefício, como se estivesse acolhendo um grande movimento, uma grande reivindicação. Balela! Precisamos desnudar esse movimento, que não vai acolher a preocupação e a expectativa de milhões de brasileiros, não vai resolver nem atenuar as maldades que a PEC da Previdência contém contra as pessoas que possuem vínculo com o INSS, que são a grande maioria. Essa proposta não resolve a questão de igualar a idade mínima de mulheres e homens, não mexe no Benefício de Prestação Continuada, não atinge os trabalhadores e as trabalhadoras rurais nem atinge uma categoria numerosa no serviço público estadual, que são os professores, por exemplo. Os professores vinculados à rede privada teriam a mesma situação, se aprovada essa PEC em Brasília. Então, teríamos a mesma categoria profissional com critérios desiguais, diferentes. Portanto essa proposta é uma estratégia para viabilizar a aprovação da reforma, em face da ampla mobilização de diversos

setores nacionais contra a reforma da previdência. O governo federal viu que não teria condição política de aprová-la com aquele conteúdo e, agora, vai fazendo remendos para buscar um hipotético quórum de aprovação de emenda à Constituição. Então, é muito bom alertar a população, a sociedade, para esse movimento que o governo federal está fazendo. Hoje, temos uma greve, uma mobilização nacional, em que o setor da educação, principalmente a educação pública, é forte, é presente, é atuante.

Engana-se o governo se ele pensa que as categorias hoje mobilizadas, vinculadas ao serviço público estadual e municipal, vão cair nessa conversa do governo federal. Todos sabemos que, ao remeter para estados e municípios a discussão sobre a Previdência, ele embute também o debate do regime de recuperação fiscal dos estados, que nada mais é que o processo de renegociação da dívida dos estados com a União. Então o que o governo federal vai fazer? Para diminuir resistências e aprovar a reforma no Congresso Nacional, ele transfere o debate da Previdência de servidores municipais e estaduais para estados e municípios, como se eles tivessem “autonomia jurídica”, como tem, para fazer esse debate. Mas, ao mesmo tempo, há uma espada suspensa no processo de renegociação da dívida e no projeto de recuperação fiscal dos estados. O que o governo vai fazer e já está tentando fazer até no projeto de lei em tramitação e nas tratativas com os governos estaduais? Ele vai apresentar, de um lado, uma hipótese de negociação; de outro, condicionantes.

Tenho certeza de que, nas condicionantes, ele vai incluir a isonomia de critérios de aposentadoria que forem, eventualmente, votados no Congresso com aquilo que o Estado votar para seus servidores estaduais. Queria deixar isso claro, principalmente para os servidores e servidoras estaduais: não fiquem felizes, porque o governo federal, ao remeter essa reforma para os estados, irá chantagear, pressionar os estados para que estes possam ter critérios justos de renegociação da dívida, como eles queriam e não terão.

Então isso é muito importante. Inclusive, nós, que temos relacionamento com os movimentos da classe trabalhadora, com os sindicatos e com várias áreas, temos de fomentar esse debate político e não admitirmos que o fatiamento, o remendo da proposta sirva como elemento de divisão dessa unidade que está sendo feita em torno da derrubada da PEC da reforma da Previdência.

Precisamos e devemos, sim, discutir a sustentabilidade da previdência pública, mas discutir com todos e não numa lógica de curto prazo – e já mencionei isso aqui – feita por um governo federal que não teve a legitimidade do voto, que quer ter, através de uma base parlamentar majoritária, legitimidade ao aprovar uma agenda conservadora para o País. É isso que está em jogo. E vou além. Tão grave quanto a reforma da Previdência é a proposta de reforma trabalhista, deputado Pimenta, porque ela está sendo discutida numa comissão especial, pode ter caráter terminativo e sequer chegar a plenário. Essa proposta de reforma trabalhista tem um princípio, que um princípio fundante, que arrebenta a classe trabalhadora, que é o negociado ficar acima do que está na lei. Inclusive, a Assembleia Legislativa de Minas vai sediar uma audiência especial da Câmara dos Deputados, nesta sexta-feira, às 10 horas, sob a coordenação da bancada federal mineira, inclusive com os deputados Patrus Ananias, Leonardo Monteiro e demais deputados de outros partidos da Câmara dos Deputados, para discutir os impactos da reforma trabalhista.

O deputado Geraldo Pimenta (em aparte)* – Deputado André Quintão, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, afirmou, nesta manhã, que se sentaria à cadeira da presidência da Câmara Federal hoje, às 11 horas, e só sairia de lá com o projeto da terceirização plena votado e aprovado. Na prática, isso é um atentado, outro golpe contra os brasileiros, os trabalhadores, porque na verdade a terceirização reduzirá salários, vai precarizar o trabalho e aumentar os acidentes e as doenças do trabalho. Muito obrigado.

O deputado André Quintão* – Obrigado, deputado Geraldo Pimenta. É um saco de maldades a PEC do congelamento, desemprego, terceirização, reforma da Previdência e reforma trabalhista.

Deputada Marília Campos, com prazer, concedo-lhe aparte.

A deputada Marília Campos (em aparte)* – Queria cumprimentá-lo por seu discurso, deputado André Quintão, e apenas reforçar as preocupações que V. Exa. apresenta, dizendo que este é um governo que procura desamparar. Desamparar, através da

reforma da Previdência, as pessoas na velhice, porque quer dificultar, impedir que elas se aposentem, uma vez que nessa reforma ainda se mantém a proposta de aposentadoria com o tempo de contribuição de 25 anos e a idade de 65 anos. Esse aspecto já vai dificultar enormemente as pessoas a receberem o benefício da aposentadoria.

Ele também desampara as pessoas quando são acidentadas no trabalho. A proposta de reforma do presidente Temer é não garantir àqueles que se acidentam no trabalho, ou seja, a aposentadoria por invalidez, a integralidade do salário: são 51% mais 1% por ano trabalhado. Com isso, por exemplo, um jovem que inicia no mercado de trabalho, que se acidenta e fica inválido, terá apenas 51% mais 1% por ano trabalhado.

Então desampara as pessoas na velhice, desampara as pessoas quando ficam inválidas. E eles falam que a reforma da Previdência é para procurar uma sustentabilidade, mas não é isso, porque, na verdade, o que está por trás de todo esse projeto é a privatização da previdência social, é entregar isso para o sistema privado. E o deputado Pimenta levantou bem essa questão da reforma trabalhista, ao dizer que ela está sendo encaminhada, mas já se inicia através desse projeto que eles querem aprovar ainda hoje, que é o projeto da terceirização. Apostam na precarização, apostam na informalização do mercado de trabalho e, com isso, aprofunda-se a crise da Previdência, do ponto de vista da sustentabilidade, porque vai diminuir a arrecadação para a Previdência Social e, com isso, a previdência pública perde. Então, eles não procuram uma sustentabilidade, eles procuram precarizar a previdência pública, e é por essa razão que estamos num amplo processo de mobilização contra a reforma da Previdência. Obrigada pelo aparte.

O deputado André Quintão* – Obrigado, deputada Marília. V. Exa., inclusive, nos representa na Comissão Extraordinária da Reforma da Previdência, criada em bom momento pelo presidente Adalclever Lopes e que vai, inclusive, a partir de agora, iniciar seus trabalhos, levando a posição da Assembleia Legislativa. V. Exa. coordena o recolhimento de assinaturas, e muito mais da metade da Assembleia Legislativa, praticamente 2/3 da Assembleia de Minas de todos os partidos já se posicionaram contra a reforma da Previdência, porque é uma reforma nefasta, e as três se integram: é a terceirização, a reforma trabalhista, a reforma da Previdência, a PEC de contenção de gastos, que já virou emenda constitucional – todas elas buscam dar vazão a uma agenda conservadora. A chance de perpetuação desse grupo hoje à frente da Previdência é exatamente o êxito na agenda parlamentar conservadora. Por isso eles não temem essa impopularidade, esse malfeito às pessoas, porque estão interessados em agradar elites e segmentos que querem tomar conta, através do mercado, de políticas públicas e da própria Previdência.

V. Exa. e o deputado Pimenta foram no ponto, por isso é importante a mobilização. Por esse motivo é importante também essa voz política forte, como vem sendo feito pela Assembleia Legislativa, contrária a essas propostas. Portanto, não se enganem, povo de Minas Gerais, população, servidores e servidoras: transferir a discussão do debate de servidores municipais e estaduais para os estados e municípios é, simplesmente, parte de uma estratégia divisionista que não atende o grande conjunto da classe trabalhadora brasileira. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Paulo Guedes* – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, gostaria de cumprimentar todo o povo de Minas Gerais que nos acompanha pela TV Assembleia.

O que me traz hoje a esta tribuna são alguns agradecimentos, especialmente ao nosso governador Fernando Pimentel, que tem sido muito parceiro em várias iniciativas. Isso ocorreu quando ocupei a Secretaria de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de Minas e continua agora sob o comando do secretário Gustavo Xavier. O governador tem-nos ajudado a desenvolver uma série de políticas de apoio às nossas comunidades mais sofridas do Norte de Minas, do Vale do Jequitinhonha, do Mucuri e do Rio Doce. Quero, portanto, agradecer-lhe a parceria.

Nos próximos dias vamos entregar as obras do programa de cisternas, com 100% de execução. Foram mais de 43 mil cisternas de 15 mil litros que atenderam milhares de famílias do Norte, do Jequitinhonha e do Mucuri. Foi um investimento realizado

em parceria com o governo federal na época da nossa presidenta eleita Dilma Roussef, que assinou uma série de convênios. Graças às contrapartidas em dia do governo de Minas Gerais – agradeço mais uma vez ao governador Fernando Pimentel –, estamos conseguindo mudar a vida para melhor de muitas famílias da nossa região. São 43 mil cisternas, mais de R\$200.000.000,00 investidos para garantir água de qualidade às famílias da nossa região.

No programa Água para Todos, parceria dos governos federal e estadual, todos os convênios foram assinados na época da nossa presidenta Dilma. Por isso quero agradecer a ela aqui. Hoje estamos colhendo os benefícios e atendendo inúmeras famílias. Deputada Marília, estamos realizando a execução de mais de mil poços artesianos na região, garantindo água de qualidade a milhares de famílias que não tinham sequer água para beber, que viviam à espera de caminhão-pipa ou bebendo água de má qualidade. Esse projeto está mudando a cara da nossa região.

No ano passado, o governador liberou um recurso emergencial, e nós perfuramos 484 poços artesianos, sendo que mais de 400 forneceram água. O deputado Doutor Jean acompanhou de perto as ações. Todos os poços que o governo do Estado entregou estão sendo equipados. Além disso, são fornecidas caixas d'água e tubulações aos municípios e às associações para fazerem a instalação. Também por meio de parceria estamos realizando obras importantes que estão mudando a nossa realidade, como a construção da Barragem de Viamão, em Mato Verde. É uma obra de R\$48.000.000,00. Na semana passada, o governador Fernando Pimentel liberou mais uma parcela de R\$9.000.000,00, que a Sedinor passou à Copasa para dar seguimento a essa obra, que garantirá o abastecimento de água em Mato Verde e Catuti. Deputado Carlos Pimenta, V. Exa. conhece bem a nossa região e sabe da importância da construção dessa barragem para a Serra Geral de Minas.

O deputado Carlos Pimenta (em aparte)* – Primeiramente, gostaria de cumprimentá-lo. Quando o senhor falou que iria intervir junto ao governo do Estado para liberar essa parcela da construção da barragem de Viamão, em Mato Verde, não tive dúvida de que V. Exa. teria êxito no trabalho que está fazendo. O prefeito Oscar esteve aqui conosco e ficou muito satisfeito. Ele já esteve com V. Exa., que o acompanhou à Cidade Administrativa.

Acho que tem de ser dessa forma, Paulo. Estamos vivendo um momento em que as prefeituras estão praticamente mendigando algum tipo de recurso, alguma ajuda. Vejo com muita alegria um trabalho desse que foi feito, bem como a presença e a intervenção de V. Exa. para ajudar a conseguir esses recursos. Estamos falando de água. A cidade de Mato Verde, com quase 20 mil habitantes, há dois, três anos foi abastecida com caminhões-pipa. Eles levavam a água na porta da casa das pessoas para que elas não morressem de sede. Essa barragem significa a redenção daquela região. Aliás, o prefeito está com um programa ousado, um planejamento de fazer voltar a cotonicultura, a produção do algodão modificado, que também vai trazer a redenção para aquela região. Não se pode pensar num programa desse tamanho, dessa extensão sem a água.

Então, V. Exa. prestou um grande trabalho. É uma primeira etapa, a primeira vitória que tivemos. Espero que possamos conseguir a conclusão dessa barragem, cujo valor é de R\$45.000.000,00 e que vai modificar toda aquela região da Serra Geral e de Mato Verde. Então, parabéns pelo trabalho. Nossos sinceros agradecimentos em nome de Mato Verde, do Oscar, em meu nome e em nome dos companheiros daquela região. Muito obrigado.

O deputado Paulo Guedes* – Obrigado, deputado Carlos Pimenta.

É importante virmos aqui nesta tribuna, deputada Marília Campos, para falar das coisas boas, porque virou costume hoje as pessoas só falarem mal. Criou-se uma onda de pessimismo no País. As coisas boas que estão acontecendo não são noticiadas na grande mídia. Então, temos de usar este espaço para fazer, sim, o agradecimento pelas ações importantes. É por isso que agradeço aqui ao governador por ter liberado inúmeros recursos para acabarmos com o sofrimento das pessoas que vivem nas comunidades rurais do Norte e do Nordeste de Minas, que não tinham a dignidade de ter água tratada e que hoje estão melhorando de vida, tendo a sua cisterna, o seu poço artesiano, a sua pequena barragem, enfim, essas obras importantes. Talvez quem mora na capital não tenha

noção da importância de uma cisterna na casa de um agricultor familiar. Esses agricultores são responsáveis por 70% de toda a produção agrícola deste país. É por isso que quero fazer um agradecimento e também dar sugestões.

O governador Fernando Pimentel nos ajudou muito nessa questão do apoio ao Idene e ao sistema Sedonor. Hoje o Idene tem escritórios regionais funcionando, deputado Doutor Jean Freire, em nove cidades do Estado, com as suas gerências. O prefeito, o presidente da associação podem procurar o gerente local desse órgão. Há no pátio do Idene tubulação, caixa d'água para socorrer, numa emergência, uma comunidade. Os programas estão mais próximos, como o de sementes que fizemos nos dois primeiros anos do governo Fernando Pimentel. Ele liberou recursos por meio do PCPR para o plantio, para os agricultores do Norte e Nordeste de Minas. São várias ações que o sistema Sedonor-Idene vem fazendo. É por isso que viemos aqui, hoje, fazer esse relato, esse agradecimento ao governador Fernando Pimentel. São mais de mil sistemas de abastecimento em execução. São mais mil poços artesianos.

Quando todos esses poços artesianos estiverem funcionando, deputado Pimenta, vamos aposentar de vez o caminhão-pipa, que é um programa caro e não resolve o problema.

Estamos vivendo – todos sabem disso – a pior seca dos últimos 40 anos. A região do Norte de Minas, especialmente a cidade de Montes Claros, corre o risco de racionamento de água porque a Barragem de Juramento, que atende o sistema Montes Claros, não está conseguindo atender a demanda da cidade. Precisamos urgentemente pensar em projetos importantes, como a construção da Barragem de Congonhas. É preciso que esses projetos saiam do papel. Deixamos todos os projetos prontos quando passei pelo Dnocs. Tive a honra de ser diretor do Dnocs no governo Lula. Fizemos todos os projetos, todos os estudos. Estamos aguardando o governo federal liberar esses recursos e dar início a essa obra. Mas há outras obras importantes e talvez mais baratas que podem também ajudar a resolver o problema de abastecimento de água de Montes Claros.

Rodei a região e pude constatar que se fizermos um projeto ousado para levar a água... Estou vendo os vereadores de Janaúba que conhecem muito bem a região. Muito obrigado pela presença. O Rio Verde Grande passa em 17 cidades do Norte de Minas. Se construirmos no leito do Rio Verde Grande, de Montes Claros a Jaíba, umas oito pequenas barragens e na época de seca usarmos o sistema Jaíba, que tem toda uma estrutura instalada de bombeamento, de outorga d'água, poderemos através do próprio canal do Rio Verde levar água do Rio São Francisco até Montes Claros. Precisamos começar a falar essas coisas. Precisamos tirar do papel e pensar em medidas que realmente resolvam definitivamente esse problema.

Esse projeto não resolveria apenas o sistema de abastecimento de água de Montes Claros. Esse projeto não é tão caro e é ousado. Ele vai permitir que milhares de pequenos produtores que estão às margens do Rio Verde Grande possam voltar a produzir, a irrigar, gerando muitos, milhares de empregos na nossa região. Nesta semana estive com vários secretários de governo passando essas informações e essas ideias. Estive com a Sinara, presidenta da Copasa. Estive também com o Murilo Valadares, secretário de Obras. Tenho certeza de que vamos em breve ter projetos e soluções importantes para resolver de forma definitiva o abastecimento de água de Montes Claros, como estamos fazendo em Mato Verde e como estamos fazendo em várias cidades do Norte e do Nordeste de Minas Gerais em vários sistemas de abastecimento.

Por isso, ao encerrar esta fala, quero deixar meu profundo agradecimento ao governador Fernando Pimentel e a toda a sua equipe pela atitude, pela coragem de fazer projetos simples, mas que vêm definitivamente resolver o problema dos nossos agricultores familiares que moram nas comunidades mais isoladas. Eles não tinham abastecimento de água, mas hoje estão sonhando, estão com cisternas prontas em sua casa. E mais sistemas serão inaugurados nos próximos meses. Obrigado, governador Fernando Pimentel.

* – Sem revisão do orador.

O deputado João Leite* – Muito obrigado, Sr. Presidente. Concedo aparte ao deputado Felipe Attiê.

O deputado Felipe Attiê (em aparte) – Sr. Presidente, vamos falar aqui um pouco da Usiminas. Minas Gerais precisa se industrializar. Temos visto cidades que já foram mais industrializadas e que hoje estão com menos indústrias, cidades médias e grandes deste Estado que têm tido dificuldades.

A Usiminas iniciou sua operação aqui em 1962. O País vivia um momento próspero economicamente; o regime militar estava querendo fazer um país de economia forte, desenvolvimentista. Liderados pela japonesa Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation, vimos a siderurgia brasileira, por meio da Usiminas, nascer em Minas Gerais. O uberlandense Rondon Pacheco, governador de Minas, foi seu presidente. Conhecemos bem a história de prosperidade dessa empresa, que hoje é privada e tem em Cubatão também uma filial – aqui em Minas, na cidade de Ipatinga, ela está na área de mineração. Hoje vemos essa empresa com muitas dificuldades no Estado. Nossas empresas industriais, que são ícones na área, têm enfrentado dificuldades, assim como a Fiat – mas ela está numa situação muito mais grave. Sabemos que a desaceleração econômica de 2014 provocou redução dos níveis de seus produtos na indústria automobilística e em todos os setores para os quais ela fornece aço. Isso fez com que, de 2014 a 2015, fossem dispensados 29.740 trabalhadores. No primeiro semestre de 2016, foram dispensados mais 11.300 trabalhadores. Estamos falando da demissão de 41 mil trabalhadores em 2014, em 2015 e em 2016. Vejam que crise enorme no setor siderúrgico mineiro, que é importante para a arrecadação de todos os municípios do Estado – 25% do ICMS fica com todos os municípios de Minas Gerais, conforme o VAF, e essa indústria cria riqueza.

Estamos aqui no Parlamento mineiro, que é a Casa dos debates, do entendimento e de proposições. A governança da Usiminas está judicializada, e justiça não é o caminho para a empresa prosperar. A justiça é o caminho para a empresa falir, a justiça segue normas, comportamentos de origem romana e portuguesa que não se preocupam muito com o funcionamento de uma empresa. Essa judicialização entre a Nippon Steel e o grupo italiano Terniun – Techint... Gostaria que os acionistas, mais uma vez, discutissem um acordo e chegassem a um consenso sobre como continuar administrando a Usiminas, porque, se vocês continuarem brigando, vão administrar o nada ou vão administrar a falência de uma empresa que foi exemplo em Minas Gerais e sonhou, um dia, que o seu minério bruto e acabado, advindo dessas montanhas que cercam Belo Horizonte, teria valor agregado; que aqui iríamos produzir aços finos, aços especiais, aços de última geração, fortalecendo a cadeia produtiva até o final, agregando valor, criando renda e emprego. Assim, esses 30 mil trabalhadores demitidos em três anos – 2014, 2015 e 2016 – teriam seus empregos de volta.

Os italianos precisam se entender com os japoneses e com os argentinos, porque isso é muito ruim para essa empresa. Se esse desentendimento... É um conselho de um libanês, sou descendente de libanês e vou dizer a vocês nipônicos e ítalo-argentinos que não podemos continuar nesse embate, nessa disputa de egos, de vaidades. Precisamos entender que uma empresa tem que ser uma organização com propósitos, com objetivos de obter lucro, de gerar emprego e renda e, acima de tudo, ela tem que ter uma missão corporativa, tem que ter uma alma, um rumo. Uma judicialização da direção dessa empresa... Uma empresa sem direção é uma empresa morta, falida, uma empresa que não tem personalidade.

Isso vai levar para o buraco um sonho de 1962, que Minas tivesse as suas montanhas produzindo aços especiais. O entendimento se faz necessário para que o patrimônio do povo brasileiro e do povo de Minas Gerais seja preservado. Eu rogo e peço: é melhor um mau acordo do que uma boa demanda na Justiça.

Está aqui um libanês dizendo para os italianos e para os japoneses: nós, os fenícios, que fomos os primeiros comerciantes do mundo, os primeiros a ir, pela história da humanidade, antes mesmo da Síria, os primeiros navegadores, sabemos disso, somos globais muito antes da globalização existir, precisamos ter tolerância. Sei que são culturas diferentes, porque conheço bem o Japão e a velha Itália. São culturas completamente incompatíveis. O modo como funciona a máfia japonesa é diferente da máfia italiana. O modo como funciona o comércio japonês é diferente do comércio italiano. O modo como funciona a cabeça do povo italiano é totalmente diferente do povo japonês. São água e óleo. Conheço bem esses dois povos, a fundo, porque já estive em Osaka, em Hiroshima, em Tóquio. Já estive em várias cidades do Japão e também na Itália velha, na Toscana e em Roma. Vocês precisam buscar

um entendimento. Parem com isso, porque é melhor um bom acordo do que uma demanda. Pensem bem, pensem no povo de Minas, pensem no que vocês têm para fazer juntos. Vamos pôr uma direção impessoal, profissional. Precisamos conviver bem para a beleza do progresso de Minas e a devolução dos 30 mil empregos que foram retirados em 2014. Esse é o apelo deste parlamentar pelo bem de Minas e pelo bem do Brasil. Muito obrigado.

O deputado João Leite* – Muito obrigado, Sr. Presidente.

* – Sem revisão do orador.

19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 23/3/2017

O deputado Geraldo Pimenta* – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, mineiros e mineiras, a terceirização foi mais um duro golpe contra os trabalhadores e contra os brasileiros. Aconteceu ontem em Brasília, sob a coordenação de Rodrigo Maia na presidência da Câmara, uma disputa, um acirrado debate entre as forças populares, dos deputados que defendem o povo brasileiro, e de outros lacaios do capital, servis da Fiesp, servis do grande capital e dos empresários gananciosos. Esse acirrado debate levou à aprovação da terceirização plena, em todas as funções nas empresas.

Meus amigos, isso é um grande prejuízo para a classe trabalhadora. Por que isso? Vejamos. Um estudo feito pelo Dieese revela que um em cada quatro trabalhadores brasileiros é terceirizado: são 12 milhões de trabalhadores terceirizados contra 35 milhões de contratados regularmente. Seu salário é 30% menor que o ganho dos demais.

Além disso trabalham 3 horas a mais que os demais. A rotatividade entre eles é muito maior. Ficam em média 2,7 anos no emprego, enquanto a média dos demais trabalhadores é mais que o dobro, é quase seis anos. Estão também entre eles as maiores vítimas de insegurança no trabalho. Oito em cada dez sofrem acidentes de trabalho, Sr. Presidente. Esse é o retrato cruel da situação que o capital, seus representantes na Câmara dos Deputados e o governo golpista de Temer querem impor aos trabalhadores brasileiros. A resposta tem de ser urgente, com o povo na rua defendendo seus direitos. Este governo está empenhado em rasgar a Constituição, em acabar com a CLT, em trazer mais prejuízos ao povo brasileiro.

Agora estamos discutindo a reforma trabalhista em que querem fazer avançar mais ainda os prejuízos contra a classe trabalhadora. Além disso, a reforma da previdência vai atacar o maior programa de distribuição de renda deste país. Portanto, manifesto-me contra essa terceirização plena aprovada ontem e contra a reforma trabalhista e a reforma previdenciária que vão causar muitos danos aos trabalhadores brasileiros. Um abraço. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

A deputada Marília Campos* – Sr. Presidente, deputados, deputada, ouvintes da TV Assembleia, já fui bancária e presidente do sindicato dos bancários durante três gestões. Desde aquela época, enfrentávamos uma ofensiva muito grande dos banqueiros, que queriam terceirizar as atividades permanentes dentro dos bancos. Em um primeiro momento, o trabalho das pessoas que faziam a limpeza era terceirizado, mas o serviço propriamente dito dos bancários... Estes eram regulamentados como trabalhadores bancários, protegidos pelas convenções coletivas. Entretanto, volta e meia, a discussão da terceirização era sempre um debate grande nas nossas negociações coletivas. Desde aquela época, travamos muitas lutas nacionais e conseguimos impedir esse avanço do processo de terceirização, que sempre significava redução salarial, significava insegurança jurídica e significava também uma desproteção, pois os trabalhadores ficavam desprotegidos nessa questão do trabalho.

A aprovação do Projeto de Lei nº 4.302 ontem, na Câmara dos Deputados – havia vários projetos, um estava no Senado e esse estava na Câmara dos Deputados –, como o deputado mencionou aqui anteriormente, é um ataque violento aos trabalhadores.

É um ataque porque a vida real do trabalhador terceirizado é a vida de quem vive em permanente insegurança, já que há uma rotatividade muito grande. Há também uma insegurança muito grande porque muitas empresas declaram falência – são empresas que não têm uma constituição segura em termos de capital social. Os trabalhadores são demitidos às vezes porque as empresas declaram falência e eles ficam reivindicando na Justiça os seus direitos, como o fundo de garantia e os acertos trabalhistas. Os trabalhadores vivem uma insegurança muito grande e, durante o exercício de suas atividades, durante a execução de seus trabalhos, convivem com uma precarização também muito grande. Temos grandes exemplos aqui; um deles é o dos trabalhadores da Cemig. Volta e meia vemos aqui denúncias do sindicato dos eletricitários, as condições terríveis a que são submetidos os trabalhadores terceirizados, seja porque recebem os piores salários, seja porque trabalham em condições inseguras e são vítimas de acidentes de trabalho.

Ontem essa votação nos preocupou muito, primeiro porque não tiveram a preocupação de proteger os trabalhadores. O que fizeram foi atender às demandas do empresariado, que – não é de agora – quer reduzir, a qualquer custo, o custo social do trabalho para manter e aumentar os seus lucros. É dessa forma que a Câmara dos Deputados tem procedido. No ano passado, aprovaram uma lei que reduziu os recursos para a saúde e para a educação. Agora votam esse PL, que desampara os trabalhadores, porque implementa a terceirização da atividade-fim. Isso tem a ver também com a questão da previdência social, porque, na medida em que informalizamos as relações do trabalhador, em que precarizamos a situação do trabalho e em que diminuimos a renda do trabalhador, também enfraquecemos a previdência social, já que isso tudo certamente impacta na sua arrecadação. E ainda não temos, deputado, como o senhor bem disse, a reforma trabalhista. Certamente esse projeto de lei que foi aprovado ontem e que será encaminhado ao presidente Temer para sanção é um primeiro passo para a reforma trabalhista, que aprofundará ainda mais o desamparo dos trabalhadores, porque, além da terceirização, eles querem enfraquecer a legislação que protege os trabalhadores nas relações entre o trabalho e o capital.

Fazemos essa intervenção aqui porque é importante intensificarmos o processo de mobilização. Nesta Casa, aprovamos ontem a Comissão Extraordinária da Reforma da Previdência Social e também elegemos os deputados que irão compô-la – fui eleita vice-presidenta. Essa comissão terá o papel importantíssimo de fazer o debate, de pegar as contribuições em todo o Estado sobre a referida reforma. É importante também já iniciarmos o debate nesta Casa sobre a reforma trabalhista, porque, se a reforma da previdência desampara os que precisam do apoio da previdência social ao se aposentarem na velhice ou diante de uma invalidez, quando os trabalhadores forem acometidos por algum acidente no trabalho... Estamos discutindo hoje justamente essa reforma que desampara as pessoas diante das propostas que estão sendo encaminhadas. Agora, com a reforma trabalhista, querem promover o desamparo do trabalhador nas relações com o capital.

É muito importante que a gente intensifique o nosso processo de mobilização, a nossa organização. É preciso que esta Assembleia se dirija à sociedade para garantir que as informações cheguem à população, para sensibilizarmos os deputados e os senadores, que foram eleitos para defender os direitos do povo e não para votar contra eles. A minha intervenção vem no sentido de que possamos continuar com a nossa mobilização para defender os direitos da população.

Aproveito o meu tempo para fazer um convite. Haverá, no dia 30, na semana que vem, um evento na Assembleia Legislativa que discutirá com as mulheres e com todos que quiserem participar a cultura do machismo e os direitos das mulheres que se encontram ameaçados pela reforma da previdência e, possivelmente, pela reforma trabalhista. As inscrições estão abertas, por meio do *site* da Assembleia. Todas as mulheres que quiserem participar podem se inscrever. É momento de não apenas refletir sobre a questão que afeta as mulheres, mas também de fazer com que esse encontro seja um espaço de mobilização e de organização das mulheres para avançarmos em relação à conquista dos nossos direitos. Muito obrigada.

* – Sem revisão da oradora.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 27/3/2017, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Angelo Eduardo Pereira, padrão VL-15, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Verdade e Coerência;

exonerando Giulliano Ribeiro Pinto, padrão VL-45, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Fábio Cherem;

exonerando Jânia Costa Pereira da Silveira, padrão VL-25, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Fábio Cherem;

exonerando José Antonio Oliveira Alvarez, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Ione Maria Pinheiro;

nomeando Antonio dos Reis Silva, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Geisa Teixeira;

nomeando Célio David Nesce, padrão VL-14, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Compromisso com Minas Gerais;

nomeando Giulliano Ribeiro Pinto, padrão VL-36, 6 horas, com exercício na Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas;

nomeando Hailton Ivan Ferrari, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Vice-Liderança do Bloco Verdade e Coerência do deputado Dilzon Melo;

nomeando Jânia Costa Pereira da Silveira, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Vice-Liderança do Governo do Deputado Fábio Cherem;

nomeando Jhully Gabriela Abrantes Borges, padrão VL-20, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Tiago Ulisses;

nomeando Silmara Pinheiro Araújo, padrão VL-21, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Verdade e Coerência;

nomeando Vânia Lúcia Guimarães de Lima Carvalho, padrão VL-15, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Verdade e Coerência;

nomeando Wallace de Souza Maia, padrão VL-14, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Verdade e Coerência.

PROGRAMA ASSEMBLEIA CULTURAL

PROJETO OCUPAÇÕES ARTÍSTICAS – GALERIA DE ARTE

A Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais faz saber aos interessados o resultado da fase de habilitação, conforme o Edital Projeto Ocupações Artísticas – Galeria de Arte, nº 1/2017, publicado no *Diário do Legislativo* de 14 de janeiro de 2017.

RELAÇÃO DE INSCRITOS HABILITADOS

PROPOSTA	
1	Aline de Almeida Guerra

2	Andréa Gregorio
3	Andréa Sales Goulart
4	Ângelo Vinícius Ferreira de Andrade
5	Coletivo Lixo Zero
6	Décio Alves Ribeiro Júnior
7	Edna Maria de Almeida Araújo
8	Elmo Sebastião de Paula Gomes
9	Evelyn Zajdenweg
10	Flávia Spotto Peixoto
11	Francisco L. Costa
12	Gui Tarcísio Mazzoni Júnior
13	Helena Maria de Aparecida Rodrigues
14	Itamara dos Santos Ribeiro
15	Jonas Henrique da Silva Modesto
16	José Ferreira Resende
17	José Luiz de Souza Paim Moreira
18	Laércio Sanches Guidio
19	Leir Barbosa Monteiro
20	Letícia Pinto de Oliveira
21	Magno Perez Rodrigues
22	Márcia Maria de Paiva Borges Martini
23	Marcos Paulo do Espírito Santo
24	Maria das Graças Evangelista Neri
25	Paulo Cordeiro de Faria
26	Rafael Cerqueira Braga
27	Ricardo Bastos Machado
28	Rosilene Aparecida de Souza
29	Sérgio Augusto Medeiros
30	Simone Zanol
31	Thiago Brito Valle

RELAÇÃO DE INSCRITOS NÃO HABILITADOS

PROPOSTA		JUSTIFICATIVA
1	Wagner Cardoso	A proposta não atende ao disposto no item 5.1, II e V, do edital: “Cópia da carteira de identidade e do CPF do responsável” e “Declaração comprobatória da autoria das obras constantes na proposta”, respectivamente.
2	Silvio Tullio Piló	A proposta não atende ao disposto no item 5.1, II e V, do edital: “Cópia da carteira de identidade e do CPF do responsável” e “Declaração comprobatória da autoria das obras constantes na proposta”, respectivamente.

Os itens 7.3 e 7.4 do edital em epígrafe dispõem que, após a publicação da relação dos inscritos habilitados, o candidato não habilitado poderá interpor recurso no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da publicação no *Diário do Legislativo*. O item 7.5 dispõe ainda que o recurso deverá ser entregue pessoalmente, de segunda a sexta-feira, das 8 horas às 18 horas, ou via Correios, à

Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Espaço Político-Cultural Gustavo Capanema, Rua Rodrigues Caldas, 30 (térreo), Bairro Santo Agostinho, CEP 30190-921, Belo Horizonte, Minas Gerais.

Belo Horizonte, 27 de março de 2017.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

PROGRAMA ASSEMBLEIA CULTURAL

PROJETO OCUPAÇÕES ARTÍSTICAS – TEATRO DA ASSEMBLEIA

A Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais faz saber aos interessados o resultado da fase de habilitação, conforme o Edital Projeto Ocupações Artísticas – Teatro da Assembleia, nº 2/2017, publicado no *Diário do Legislativo* de 14 de janeiro de 2017.

RELAÇÃO DE INSCRITOS HABILITADOS

PROPOSTA		MODALIDADE
1	1 Aventura Congelante – Vamos brincar na neve	Teatro Infantil
2	O menino mais rico do mundo	Teatro Infantil
3	O sorriso do palhaço	Teatro Infantil
4	Os 3 porquinhos	Teatro Infantil
5	30 primaveras do Coral Arte e Canto de Contagem	Música
6	A Liga da Justiça VS Coringa	Teatro Infantil
7	A morte bate a sua porta (como se livrar “dela”)	Teatro Adulto
8	Aliança Americana – Grupo Alianza Musica y Canto Latino Americano	Música
9	Camille Claudel	Performance
10	Concerto para bebês	Música
11	Conecto apresenta o show: Night Club	Música
12	Jojô e Palito em: Belô Meu Amor	Teatro Infantil
13	Jojô e Palito em: Chapeuzinho Vermelho	Teatro Infantil
14	Minha mãe é uma comédia!	Teatro Adulto
15	Os homens querem casar e as mulheres querem sexo	Teatro Adulto
16	Pinóquio	Teatro Infantil
17	Renato Enoch – “Antes de Chegar”	Música
18	Saada Talibah – Ventre Sagrado	Dança
19	Show do EP “Claraboia” – Lamparina e A Primavera	Música
20	Todomundo	Teatro Adulto
21	Trago o seu amor de volta com uma indireta no Facebook	Teatro Adulto
22	Vem pro baile – Grupo Cultural Processo Hip Hop	Música
23	Vicentina Brant – lançamento do Cd “Que bem me faz”	Música

RELAÇÃO DE INSCRITOS NÃO HABILITADOS

PROPOSTA	MODALIDADE	JUSTIFICATIVA
1	A vaquinha Lelé	Teatro Infantil
A proposta não atende ao disposto no item 5.1, VII, do edital:		

			“Ficha técnica aprovada pelo Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado de Minas Gerais (Sated-MG) ou xerox das carteiras de trabalho (páginas com a foto, nome e a profissão regulamentada/ liberação) de todos os integrantes, exceto para inscrições na modalidade Shows de música (III).”
2	Acústico: As histórias que a música conta	Teatro Adulto	A proposta não atende ao disposto no item 5.1, II e VI, do edital: “Cópia da carteira de identidade e do CPF do responsável/ representante legal” e “Ficha técnica completa (nome, identidade e função de todos os integrantes)”, respectivamente.
3	Belatrix	Teatro Adulto	A proposta não atende ao disposto no item 5.1, VII, do edital: “Ficha técnica aprovada pelo Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado de Minas Gerais (Sated-MG) ou xerox das carteiras de trabalho (páginas com a foto, nome e a profissão regulamentada/ liberação) de todos os integrantes, exceto para inscrições na modalidade Shows de música (III).”
4	Churrasco na Laje	Teatro Adulto	A proposta não atende ao disposto no item 5.1, VII, do edital: “Ficha técnica aprovada pelo Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado de Minas Gerais (Sated-MG) ou xerox das carteiras de trabalho (páginas com a foto, nome e a profissão regulamentada/ liberação) de todos os integrantes, exceto para inscrições na modalidade Shows de música (III).”
5	Memórias de Ana	Teatro Adulto	A proposta não atende ao disposto no item 5.1, VII, do edital: “Ficha técnica aprovada pelo Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado de Minas Gerais (Sated-MG) ou xerox das carteiras de trabalho (páginas com a foto, nome e a profissão regulamentada/ liberação) de todos os integrantes, exceto para inscrições na modalidade Shows de música (III).”
6	Os 4 atos do Rei	Teatro Adulto	A proposta não atende ao disposto no item 5.1, VII, do edital: “Ficha técnica aprovada pelo Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado de Minas Gerais (Sated-MG) ou xerox das carteiras de trabalho (páginas com a foto, nome e a profissão regulamentada/ liberação) de todos os integrantes, exceto para inscrições na modalidade Shows de música (III).”
7	Tchibum	Teatro Adulto	A proposta não atende ao disposto no item 5.1, VII, do edital: “Ficha técnica aprovada pelo Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado de Minas Gerais (Sated-MG) ou xerox das carteiras de trabalho (páginas com a foto, nome e a profissão regulamentada/ liberação) de todos os integrantes, exceto para inscrições na modalidade Shows de música (III).”

Os itens 7.3 e 7.4 do edital em epígrafe dispõem que, após a publicação da relação dos inscritos habilitados, o candidato não habilitado poderá interpor recurso no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da publicação no *Diário do Legislativo*. O item 7.5 dispõe ainda que o recurso deverá ser entregue pessoalmente, de segunda a sexta-feira, das 8 horas às 18 horas, ou via Correios, à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Espaço Político-Cultural Gustavo Capanema, Rua Rodrigues Caldas, 30 (térreo), Bairro Santo Agostinho, CEP 30190-921, Belo Horizonte, Minas Gerais.

Belo Horizonte, 27 de março de 2017.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.



PROJETO DE LEI Nº 4.0912017

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 24/3/2017, na pág. 9, no título, onde se lê:

“Projeto de Lei nº 4.0912017”, leia-se:

“Projeto de Lei nº 4.091/2017”.